



A Adobe vai à ISO

Por Bruno Mortara*

No dia 29 de janeiro de 2007, portanto, há pouco mais de um ano, a Adobe Systems informou ao mercado o desejo de que a sua especificação de formato de arquivo para documentos - o venerável PDF - se tornasse norma ISO. A justificativa apresentada foi de que o PDF tornou-se um padrão de fato (adotado maciçamente pelo mercado mundial) para a troca segura e confiável de informações desde a publicação da especificação completa do formato, o que ocorreu em 1993. Além disso, desde 1995 a Adobe participa dos grupos de normalização da ISO, responsáveis pela criação de padrões como o PDF para arquivamento (PDF/A), o PDF para as Artes Gráficas (PDF/X), o PDF para engenharia (PDF/E) e o PDF para acesso universalizado (PDF/UA).

A posição de especialistas do setor, como a do pioneiro de gerenciamento eletrônico de dados com PDF, Duff Johnson, foi de que "trazer o PDF para a ISO significa que a Adobe entregará o seu formato para o controle da indústria, permi-

tindo que outras forças contribuam para o futuro desenvolvimento da especificação, assim como a própria Adobe, mas de uma forma mais democrática - representando novos ares democráticos no desenvolvimento de software.

Porém, a grande pergunta que fica é: por que uma empresa de sucesso como a Adobe 'entregaria de bandeja' sua propriedade intelectual à comunidade internacional, uma vez que a ISO é uma agremiação democrática formada por órgãos normalizadores de Estados Nacionais, cada um com direito a um voto, independentemente de sua população, PIB ou número de ogivas nucleares? Quais vantagens os sócios dessa empresa levam? Quais vantagens os usuários comuns levam? Será que isso é uma tendência e futuramente veremos até o famigerado Windows da Microsoft se tornar Norma Internacional ISO? Como essas corporações esperam levar vantagens financeiras agindo desta maneira?

Vamos tentar separar o joio do trigo e entender os porquês dos movimentos da

Adobe e as tendências desta relação entre Normas Internacionais e Tecnologias de Informação.

A primeira questão que gostaria de levantar é que, quando acompanhei o desenvolvimento e a divulgação da norma ISO 19005-1, o PDF/A, desde seu nascedouro, observei que quando se falava com os potenciais usuários do PDF/A - corporações, governo, autarquias, universidades, hospitais etc. - sobre o formato de arquivo para guardar informações a longo prazo de maneira confiável, a postura destas instituições era sempre de cautela e conservadorismo. Cautela, pois estas instituições temem pelo destino dos enormes acervos existentes que seriam criados nos formatos baseados em tecnologias cujas patentes são detidas por empresas privadas e os riscos que essa relação de dependência (possíveis decisões dos donos dos formatos poderiam inviabilizar, financeira ou tecnicamente, verdadeiros patrimônios nacionais) pode ter sobre as bases de dados de documentos criadas. A maneira

“Os setores produtivos já não podem pensar em trabalhar com tecnologias proprietárias”

que estas instituições vêm para garantir seu investimento em GED é de que estes acervos utilizem formatos de arquivos não proprietários e que sejam também objeto de Normas Internacionais. Uma vez tendo se tornado Norma Internacional, o formato passa a ter seu desenvolvimento controlado pelos membros da ISO e em benefício de toda a comunidade internacional: geradores de tecnologia, usuários das mesmas e agentes neutros (governos/academia). Outro ponto importante é que, para uma tecnologia ser alvo de norma ISO, é necessário que o detentor dos direitos da mesma forneça licenças permanentes e irrevogáveis à ISO, garantindo ao resto do mercado todos os investimentos em produtos e serviços baseados na Norma ISO.

A segunda consideração que podemos fazer é que há uma verdadeira guerra de interesses em torno de formatos de arquivos para trocas de dados, confundindo-se dados editáveis com dados para arquivamento. Os formatos em questão são o OpenXML da Microsoft contra o ODF impulsionado pela ODF Alliance, IBM e SUN. A pretensão destas corporações é ter seu formato aprovado por governos (inclusive pelo governo brasileiro) como o formato preferível (algumas vezes o único) para os governos trocarem dados com os seus cidadãos e as empresas de suas nações.

Uma vez determinado o formato preferível, os outros formatos e as empresas que têm seus aplicativos de software baseados nestes, estão fadadas a perecer!

Porém, esta guerra entre os gigantes de software está focada nos formatos de arquivos editáveis e que não têm a característica de preservar a forma e conteúdo intactos e seguros, como tem o PDF. Além disso, o formato PDF (e seus derivados) não são indicados para trocas de informações enquanto ainda estão sendo criadas e editadas.

A terceira consideração é que o PDF traz consigo 15 anos de pesquisa e tecnologias que visam a preservação da sua aparência visual: fontes embutidas, compressão não destrutiva, gerenciamento de cores, texto fixo que não “corre”, capacidade de ser visto em inúmeras plataformas e diferentes sistemas operacionais. As vanta-

gens que o PDF acumulou são consequência dos anos de convivência, bugs, críticas e inovações estimuladas pelas indústrias gráficas, de fotografia, de gestão eletrônica de documentos, de engenharia e outras.

A quarta consideração é que os governos dos países da Europa e das Américas estão exigindo que as trocas de informações eletrônicas (arquivos) com a sociedade civil sejam feitas utilizando-se de formatos que sejam Norma ISO. Isso dá à ISO uma tremenda responsabilidade e poder, fazendo com que empresas, que até então se valiam de bordões liberais como “o mercado sabe o que é melhor para ele”, comecem a solicitar à ISO que suas tecnologias se tornem Norma Internacional. Nesta corrida para se tornar Norma Internacional, o PDF (ISO DIS 32000) está seguindo o ODF (que já é norma ISO 26300) e o OpenXML da Microsoft, que também está em processo de se tornar Norma Internacional (ISO DIS 29500).

A grande lição que se tira de todos estes fatos é que os mais diferentes setores produtivos já não podem pensar em trabalhar com tecnologias proprietárias (tipo caixa-preta), que foram muito comuns no início da era eletrônica da indústria gráfica. E, em tempos de comércio globalizado, os governos nacionais confiam mais em tecnologias que são mantidas sob a chancela da ISO do que se mantidas sob o guarda-chuva das empresas que as criaram. Portanto, por trás deste movimento da Adobe, SUN e Microsoft não está nenhum ato de desprendimento ou generosidade, mas sim uma estratégia precisa de transferência de legitimidade da ISO para seus produtos, mesmo que isso signifique a perda quase total da autonomia de desenvolver e decidir os destinos destas tecnologias.

Estes fatos mostram como a adoção de procedimentos padronizados é cada vez mais condição fundamental para qualquer setor da indústria e aqueles que não obtiverem a chancela da ISO em seus processos ou produtos têm desvantagem competitiva. É pensando nisso que este ano o ONS27 (Órgão Normativo Setorial 27 – Artes Gráficas) e a ABTG irão divulgar e estimular a adoção das normas da Indústria Gráfica, especialmente a ISO 12647, que é a norma central do setor gráfico. 

O que é a ISO (Fonte: Wikipedia)

A Organização Internacional para Padronização - ISO, é uma entidade que aglomera os grupos de normalização de 158 países. Fundada em 1947, em Genebra, na Suíça, a ISO formula e aprova normas internacionais em todos os campos técnicos, exceto sobre eletricidade e eletrônica, cuja responsabilidade é da International Electrotechnical Commission (IEC).

O nome ISO

A organização é geralmente chamada apenas de “ISO”. É um engano a afirmação de que o nome ISO seja um acrônimo e se refira a “International Organization for Standardization” ou algo similar. Na realidade, o nome ISO se originou da palavra grega “isos”, que significa igualdade.

Como começou a organização

A padronização internacional começou pela área eletrotécnica. A Comissão Internacional de Eletrotécnica (International Electrotechnical Commission - IEC) foi criada em 1906. A pioneira em trabalhar com outras áreas foi a International Federation of the National Standardizing Associations (ISA), que foi fundada em 1926. As atividades da ISA vieram a ter fim em 1942.

Em 1946, representantes de 25 países se encontraram em Londres e decidiram criar uma nova organização internacional, com o objetivo de “facilitar a coordenação internacional e unificação dos padrões industriais”. A nova organização, ISO, oficialmente iniciou suas operações em 23 de fevereiro de 1947.

► * Bruno Mortara é diretor do estúdio de finalização Prata da Casa.
www.pratadacasa.com.br

► Para falar com o autor, escreva para bmortara@pratadacasa.com.br